

## **A economia mineira no século XIX e a transição do trabalho escravo para o trabalho livre**

**Daniel do Val Cosentino<sup>1</sup>**

### **Resumo:**

Este trabalho apresenta um painel a respeito dos trabalhos sobre a economia de Minas Gerais durante o século XIX e a questão da transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Nossa pretensão aqui é fornecer uma discussão abrangente, apresentando o debate a respeito dos modelos explicativos para a organização para a economia mineira oitocentista. Além disso, procuramos relacionar a questão à temática da transição do trabalho escravo para o trabalho livre em Minas Gerais, apresentando os poucos trabalhos existente sobre o tema e propondo algumas reflexões e hipóteses a este respeito. Argumentamos que sendo Minas Gerais a maior economia escravista do período imperial, a temática da transição do trabalho escravo para o trabalho livre assume uma importância fundamental para a melhor compreensão do processo de desenvolvimento capitalista do Brasil, e que tal processo deve ser compreendido a partir de suas especificidades regionais.

**Palavras-chaves:** Minas Gerais século XIX; escravidão; transição trabalho escravo para o trabalho livre.

**Classificação JEL:** N0, N3, N9

### **Abstract:**

This work presents a panel of the works about the economy of Minas Gerais during the nineteenth century and the issue of transition from slave to free labor. The goal is to present the debate about the explanatory models for the organization for the Economy of Nineteenth-Century Minas Gerais. Also, try to relate the question to the issue of transition from slave to free labor in Minas Gerais, presenting existing work on the topic and proposing hypotheses and some thoughts on this.

**Keywords:** Minas Gerais nineteenth century; slavery; slave labor transition to free labor.

---

<sup>1</sup>Professor da Universidade Federal de Ouro Preto. Contato: dcosentino@terra.com.br.  
Artigo recebido em abril de 2013 e aprovado em dezembro de 2013.

## **1. Introdução**

Este trabalho apresenta um painel a respeito dos trabalhos sobre a economia de Minas Gerais durante o século XIX e a questão da transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Nossa pretensão aqui não é fornecer uma discussão abrangente, apresentando o debate a respeito dos modelos explicativos para a organização para a economia mineira oitocentista.

Durante os anos de 1980, o tema da escravidão em Minas Gerais durante o século XIX foi assunto de um rico debate entre diversos historiadores econômicos e permitiu a revisão das explicações tradicionais a respeito dos desdobramentos da economia mineira após o declínio da produção aurífera e do destino do grande plantel de escravos que a compunham. Tal debate é assunto obrigatório em qualquer trabalho que pretenda investigar qualquer aspecto da economia mineira nos oitocentos.

A pujança e a magnitude do sistema escravista mineiro durante o século XIX é um consenso entre os historiadores econômicos atuais. Contudo a forma como este sistema se reproduzia, via tráfico de escravos ou reprodução natural ainda é um debate recorrente entre os pesquisadores da área. Novos estudos e pesquisas em fontes primárias apontam para diversas direções. Defensores do tráfico de escravos como fonte de reprodução do sistema escravista mineiro se apoiam em estudos com base em documentação de compra e venda de escravos na praça do Rio de Janeiro. Já os defensores da ideia da reprodução natural do sistema se baseiam em estudos a respeito da família escrava para sustentar seus argumentos.

Neste texto não procuramos explorar o debate recente, mas sim o debate tradicional, bem como os seus desdobramentos para o estudo da economia mineira oitocentista. Além disso, procuramos relacionar a questão à temática da transição do trabalho escravo para o trabalho livre em Minas Gerais, apresentando os poucos trabalhos existente sobre o tema e propondo algumas reflexões e hipóteses a este respeito.

## **2. O debate e os modelos explicativos: um painel**

Até o início da década de 1980, prevaleceu na historiografia econômica a convenção de que, com o declínio da mineração no final do século XVIII, a economia mineira do século XIX tinha sido marcada pela involução econômica e pela produção para subsistência. A tese defendida por Celso Furtado (2000) afirmava que:

“Não se havendo criado nas regiões mineiras formas permanentes de atividades econômicas (...) era natural que, com o declínio da produção de ouro, viesse uma rápida e geral decadência (...) Todo o sistema ia assim atrofiando, perdendo vitalidade, para finalmente desagregar-se numa economia de subsistência.”(Furtado, 2000, p.89)<sup>2</sup>

Antes, todavia, Francisco Iglesias (1958), no fundamental “Política Econômica do Governo Provincial Mineiro”, já chamava atenção para a existência de certa economia articulada existente na Província. As palavras de Iglesias sobre Minas Gerais na década de 1850 são instigantes:

“Minas viu-se tal qual é: região que não dispõe de ouro como riqueza básica, mas que tem no minério de ferro o fundamento mais sólido da sua economia; que pode e deve ser industrial, não só em função desse minério, como de fábricas de todo gênero; que deve ter na lavoura e na pecuária recursos para o próprio abastecimento e ainda para exportação. Enquanto a indústria foi fixando seus centros – mais concentradamente a siderúrgica, potencial inestimável – lavoura e criação dispersaram-se pelo território, apresentando concentração e rendimentos mais apreciáveis no Sul e na Mata. Em função da cultura do café, cidades surgiram e se desenvolveram. Minas integrou-se no ritmo das Províncias vizinhas. Formou uma riqueza particular, às vezes até independentemente dos poderes públicos.” (Iglesias, 1958, p.209).

Já no final da década de 1970, Alcir Lenharo (1979), ao estudar o comércio de abastecimento da corte do Rio de Janeiro e a participação fundamental do sul de Minas no mesmo, chama atenção para a diversidade econômica da província mineira.

Contudo, é a partir dos anos de 1980, que as ideias de Furtado sofreram duras críticas com os estudos renovadores de Roberto Martins (1980a e 1980b), que darão início a um rico e extenso debate historiográfico.

Para Roberto Martins, a economia mineira do século XIX não poderia ser reduzida à economia de subsistência. Segundo o autor, “O sistema escravista de Minas Gerais no século XIX foi o maior que existiu em toda história da instituição servil no Brasil” (Martins, 1980a, p.1), o que justificaria a presença de uma economia dinâmica e vigorosa na Província.

---

<sup>2</sup> Há, ainda, autores tais como Caio Prado Jr. que afirma, “Tal fato provocou em Minas Gerais, mais densamente povoada que outros centros de extração de ouro, o desenvolvimento de certa forma apreciável de uma agricultura voltada inteiramente para a produção de gêneros de consumo local.” (Prado Jr., 2000, p.162); ou então, Emilia Viotti que afirma, “O sistema escravista esteve desde os primórdios da colonização vinculado a Grande Lavoura” (Costa, 1999, p.271). E “Os negros concentravam-se na províncias cafeeiras.” Idem Op. Cit., p.300, ou “Em Minas, a extração do ouro exigira, no século XVIII, grande número de braços. Ao iniciar-se a expansão cafeeira, o excedente de mão-de-obra deixado pela economia aurífera em decadência irá suplementar as necessidades da lavoura.” (Costa, 1998, p.69).

Na visão de Martins, a tese de Celso Furtado e da historiografia tradicional baseava-se na noção de que a atividade exportadora “é a única coisa que importa”<sup>3</sup>. Visão essa que descreve a evolução econômica do Brasil, segundo uma série de “ciclos de exportação” (Cana-de-açúcar, Ouro, Café) e que atribui às economias das outras regiões o papel de decadentes ou estagnadas, tratando-as como economias periféricas ou de subsistência. Ainda criticando a historiografia tradicional, o autor procura mostrar, que para Minas Gerais, a visão de que, assim como no Rio e em São Paulo, o café explicaria o rumo tomado pela escravidão no século XIX é equivocada. Ou seja, para ele é errada a ideia de que os escravos da mineração em Minas teriam sido transferidos para a economia cafeeira.

Os estudos de Martins mostram que Minas Gerais foi a maior Província escravista do país ao longo do século XIX e que os escravos presentes nessa economia eram resultantes de uma maciça importação. Ou seja, ele afirma que a imensa população escrava em Minas Gerais no século XIX não era uma herança da mineração, mas a consequência de uma grande entrada de escravos na Província via importação<sup>4</sup>.

O que o autor procura demonstrar é que esse grande contingente de escravos não resultou de demanda da mineração, mas das atividades para o mercado interno. Tais atividades constituíam-se, basicamente, de produção para subsistência (agricultura e pecuária) e comércio local, havendo que se considerar a presença de diversas outras atividades artesanais e manufatureiras. Além disso, ao contrário do que se poderia supor, a enorme presença da escravidão em Minas Gerais não poderia ser justificada pelo cultivo do café. Ou seja, dado o peso relativamente limitado da economia cafeeira nessa região, ela não poderia explicar a sobrevivência e crescimento da instituição escravista na Província.

Para Martins, a “razão de ser da economia mineira era a própria Minas.”(Martins, 1980a, p.43). Ou seja, era uma economia cujas características principais eram a autossuficiência e diversificação interna. A produção mercantil era limitada, sem ligações

---

<sup>3</sup> “É o que se verifica, como referi, em Minas Gerais. Mas, seja este o caso, ou subsidiariamente o da agricultura, tratar-se-á sempre de uma atividade de segundo plano. A grande lavoura, isto é, a agricultura que produz para a exportação e que é a única de perspectivas amplas, esta só excepcionalmente se fixará no interior.” (Prado Jr., 1982, p.86).

<sup>4</sup> “É, portanto, perfeitamente razoável concluir que Minas Gerais importou mais de 400 mil escravos entre 1800-1873, em termos líquidos. Isso coloca a província na posição de maior importador de cativos no período dentre todas as províncias brasileiras, por larga margem. Se, como parece ter sido o caso, a maioria dessas importações ocorreu durante a vigência do tráfico internacional, dentre todas as regiões da América, Minas terá sido superada apenas por Cuba como local e destino dos africanos que cruzaram o Atlântico no século dezenove.” (Martins, 1980a, p.27)

com mercados externos, e as exportações correspondiam apenas aos excedentes do consumo interno.

A visão de Martins é corroborada por João Fragoso (1998) que afirma:

**“a economia de Minas Gerais deixara de ter como eixo dinâmico a atividade mineradora, passando a se basear, em finais dos anos de 1700, numa agricultura e numa pecuária voltadas para o mercado interno. Na verdade, o que observamos é, ao lado do definhamento da atividade mineradora, o crescimento de uma agricultura e de uma pecuária mercantil não-exportadoras já existentes desde o início do século XVIII; é isto que explica o fato de Minas aparecer, em 1819, como a maior capitania escravista do País.”**(Fragoso, 1998, p.125 – grifo nosso).

A estrutura diversificada da economia mineira oitocentista se verifica quando se examina a distribuição da força de trabalho. Grande parte dos escravos estavam localizados na agricultura, no entanto, a parcela concentrada nos serviços artesanais e manufatureiros era maior que em outras Províncias, tais como Rio de Janeiro e São Paulo.

O argumento central de Martins para justificar o apego de Minas Gerais à escravidão no século XIX é que o trabalho forçado não dependia necessariamente da existência de uma

“plantation” exportadora. A escravidão era necessária por não haver na Província oferta voluntária de trabalho assalariado. Apesar de Minas Gerais ter concentrado, durante todo século XIX, um grande volume populacional, a força de trabalho disponível era bastante escassa e irregular. Ou seja, a mão-de-obra livre não se sujeitava ao assalariamento, aceitando apenas trabalhos ocasionais.

Segundo Roberto Martins, o caso de Minas Gerais tem explicação na “hipótese de Wakefield”. Não havia em Minas uma oferta regular e voluntária de trabalho porque grande parte das terras não haviam sido apropriadas, ou seja, havia terras livres, disponíveis para a ocupação. Como lembra o autor, não havia se completado o processo de acumulação primitiva observado por Marx.

As questões levantadas por Roberto Martins deram início a um debate que dura até hoje acerca da natureza da economia mineira do século XIX. Logo em 1983, Luna e Cano (1983) criticaram as conclusões do autor, argumentando que o crescimento da população escrava em Minas Gerais era decorrente de reprodução natural e não da importação de escravos.

Concordando com a conclusão de Martins, mas questionando suas explicações, Robert Slenes (1988) propõe um outro modelo explicativo para a economia mineira oitocentista. Para Slenes, o grande contingente escravo da Província mineira representou um caso expressivo no século XIX. A ideia de que a população escrava se reproduzia de

forma natural parecia equivocada para o autor, uma vez que uma série de estudos sobre a população de Minas em 1804 comprovava que uma grande proporção da população cativa mineira era de origem africana. Além disso, havia um número bastante elevado de escravos do sexo masculino em relação a escravas mulheres, e grande parte dos escravos estava na faixa de idade de 20 a 39 anos, uma evidência de importação de escravos recente. Ademais, segundo Slenes, o censo de 1872 sugere uma participação importante de Minas no tráfico africano.

As divergências de Slenes com Martins se concentraram basicamente na questão de como Minas pôde comprar tantos escravos. Como já expomos, Martins rompe com a ligação entre o tráfico (escavidão) e a economia de exportação. Slenes questiona esse “divórcio” para o caso mineiro. Para ele, um dos problemas está na definição de economia de exportação de Roberto Martins, que vê tal rótulo somente quando grande parte dos trabalhadores está envolvida na produção das mercadorias a serem exportadas.

Slenes questiona a pouca importância dada à economia cafeeira. Para ele, o fato de os estudos de Martins mostrarem a pouca concentração de escravos na lavoura de café não significava que não haveria outros escravos envolvidos com o café, uma vez que, na sua visão, deveriam ter sido considerados os cativos tropeiros, carpinteiros e cozinheiros. Slenes coloca o café como centro dinâmico da economia escravista mineira, e deste modo, determinava a demanda de bens e o emprego de escravos argumentando que,

“o impacto do café sobre a economia de Minas teria sido consideravelmente maior do que o sugerido por estas porcentagens, já que a demanda combinada das áreas cafeeiras do Rio, de São Paulo e da Zona da Mata, incluindo seus centros urbanos, deve ter exercido um efeito na estrutura de emprego da população escrava em outras regiões.” (Slenes, 1988, p.458)

O autor ainda chama atenção para a produção de ouro e diamantes. Segundo ele, Martins subestima a importância da exportação destes produtos. Em suma, para Slenes, Minas era uma economia exportadora de gado vacum e suíno, queijo, toucinho, algodão e outros mantimentos, além de ouro e diamantes, e isso justificava a grande procura por escravos e a forte demanda interna por mantimentos.<sup>5</sup>

Além disso, Slenes questiona as estimativas de exportação de Martins, uma vez que tais estatísticas, baseadas nas informações oficiais dos coletores de impostos das fronteiras mineiras, eram frágeis dada a habilidade dos tropeiros na sonegação. Outra questão

---

<sup>5</sup> “O que argumentei é que a produção de Minas para mercados externos (...) gerava uma renda monetária significativa, que teria incentivado não só a procura de escravos na economia de exportação, mas teria criado também uma forte demanda dentro da província por mantimentos, bens de consumo e matérias primas utilizados pelo setor exportador e pelas atividades internas ligadas a esse setor.”(Slenes, 1988, p.480-481).

importante diz respeito aos dados utilizados que retratam Minas em uma época na qual o setor de exportação não-cafeeiro estava em decadência relativa ao início do século XIX.

Outro ponto em questão para o autor diz respeito às conclusões de Martins e a maneira como o mesmo utilizou seus dados. Para Slenes, mesmo que estivesse correto afirmar que o produto do setor escravista destinado ao consumo interno era maior que o produto para exportação e que os escravos estavam concentrados principalmente nas atividades domésticas, não teríamos, necessariamente, que concluir que o setor exportador era de pouca importância. Para ele, importante seria analisar o produto para exportação reconstituindo suas ligações com o setor de produção para o consumo interno.

A explicação para o apego de Minas à escravidão dada por Roberto Martins é questionada por Slenes, o qual acredita que nem a “hipótese de Wakefield”, nem as ligações entre os setores de exportação e nem o vigor do mercado interno poderiam ser suficientes para produzir a vastidão do sistema escravista mineiro no século XIX. Tais fatores poderiam explicar tão somente a procura pelos escravos, e tal demanda não poderia ser atendida caso não houvesse características peculiares da oferta de mão-de-obra no período. Ou seja,

“os brasileiros antes de 1850 enfrentavam uma situação não só de terra ‘livre’, mas também de escravos abundantes, cujo preço era acessível a pessoas que não tinham o capital para instalar *plantations*. Vista neste contexto, Minas não representava uma exceção, mas a regra.” (Slenes, 1988, p.462)

Slenes sugere que houve na Província mineira um intenso tráfico interno de escravos decorrente das oscilações dos preços provocadas pelo fim do tráfico africano a partir de 1850. O autor sustenta a ideia de que a Zona da Mata importou muitos escravos das outras regiões da Província, nas décadas de 50 e 60, e contesta a conclusão de Martins de que essas áreas não foram exportadoras de escravos no século XIX. Slenes acredita que havia em Minas Gerais, na década de 1870, “dois sistemas escravistas (...) um em vias de desintegrar-se e outro ainda em expansão.”(Slenes 1988, p.465).

Em contraposição à explicação de Roberto Martins, Robert Slenes sugere que a escravidão em Minas fazia parte do complexo de *plantation*, o que justificaria o dinamismo da economia mineira no século XIX. Neste sentido, o setor exportador apresentava força, especialmente no início do século XIX. Além disso, a alta dos preços garantia vida à escravidão à medida que os preços dos gêneros de subsistência subiam proporcionalmente aos preços de escravos, a partir da década de 1850. Já a “Hipótese de Wakefield” poderia explicar a falta de mão-de-obra e a demanda por escravos, que estaria no fato de haver

demanda externa e demanda interna, essa estimulada pelos altos custos de transporte e pela necessidade de substituir importações.

O debate entre os dois autores rendeu diversos artigos em revistas nacionais e estrangeiras<sup>6</sup>. Ambos têm méritos em seus trabalhos. Roberto Martins conseguiu com seus estudos colocar a Minas oitocentista na agenda da pesquisa em história econômica. Contudo, seus trabalhos parecem não explicar satisfatoriamente como essa economia escravista se reproduzia. Ou seja, como Minas comprava (financiava) tantos escravos. Os estudos de Robert Slenes colocam o setor exportador como centro dinâmico da economia mineira, em que as exportações dariam conta de gerar recursos para a compra e manutenção dos escravos. Contudo, os trabalhos de Slenes são frágeis no que diz respeito às fontes utilizadas. O autor faz uso de muitas reestimações de cálculos dos trabalhos de Martins e alguns outros trabalhos.

Outra contribuição importante para o debate vem de Douglas Libby (1984, 1988a e 1988b) que em seu trabalho busca estudar os setores de transformação da Província mineira. Suas conclusões são bastante interessantes.

Ao estudar a população e o setor de transformação de Minas Gerais no século XIX, Libby colocou a economia provincial mineira como uma “Economia de Acomodação”. Isso porque, segundo ele, após o declínio da mineração, todo o complexo econômico mineiro foi se acomodando à nova realidade econômica, dando origem a um sistema produtivo e a um sistema escravista peculiares em relação aos de outras regiões.

“Esperamos que o presente trabalho possa sugerir alguns novos caminhos para a melhor compreensão de uma sociedade que, ao passar por processo secular de adaptação ao revés econômico que ameaçava a Província com a decadência e a estagnação totais, diversificou e expandiu sua base produtiva, inclusive, desenvolvendo certas atividades de transformação. Sem dúvida, tal processo é curioso e talvez tenha produzido nuances verdadeiramente singulares em relação a outras sociedades escravistas modernas, nuances estas que, embora constituindo a matéria-prima da História comparativa, não chegam a produzir uma História anômala.” (Libby, 1988b, p.345-46)

Outro ponto importante é a contribuição do autor para o estudo dos setores de transformação da economia mineira. A análise da siderurgia apresenta um caso inédito na história do escravismo moderno ao apresentar o desenvolvimento de uma indústria rudimentar de ferro baseada na mão-de-obra escrava. O que demonstra a capacidade do escravismo de buscar a diversificação como forma de sobrevivência. O estudo da indústria têxtil mostra que seu desenvolvimento estava bastante ligado à demanda interna. Já caso da

---

<sup>6</sup> Ver por exemplo o debate no periódico *Hispanic American Historical Review*: Martins (1983); Slenes (1983); Martins (1984).

mineração expõe a importância do capital estrangeiro nesse setor em Minas Gerais, durante o século XIX. As empresas de mineração estrangeiras conseguiram produzir e extrair lucro baseando sua produção numa mão-de-obra cativa e numa mão-de-obra livre, cuja característica principal era a sazonalidade.

Segundo o autor, o sustentáculo da economia mineira oitocentista foi a agricultura mercantil de subsistência, cuja produção ora se voltava para o autoconsumo, ora para o mercado interno, ora para o externo, seja dentro ou fora de Minas Gerais. O que marca a peculiaridade do sistema escravista mineiro é a sua relativamente grande presença justamente no período de desagregação da escravidão. Enfim, o trabalho de Douglas Libby parece apontar para a conclusão de que Minas Gerais, durante o século XIX, apresentou uma economia extremamente diversificada.

O debate que ocorreu a partir dos anos 80 teve contribuição importante na tese de Clotilde Paiva (1996 e 2001). O trabalho, resultado do esforço conjunto das pesquisas realizadas no *Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica do Cedeplar/UFMG* buscou, através de uma perspectiva de análise que cobria todo o conjunto do território, mostrar uma Minas Gerais marcada pelos contrastes regionais, pela diversidade e dinamismo produtivo.

O trabalho de Clotilde Paiva tem como principais documentos as Listas Nominativas de 1831/32 (Primeiro grande levantamento populacional de Província mineira) e as informações contidas nos relatos dos viajantes estrangeiros. Partindo da concepção de que a diversidade regional era a característica principal da economia mineira do século XIX, a autora procurou balizar a sua análise em uma perspectiva de espaço regionalizado. Nesse sentido, cada região possuía características específicas.

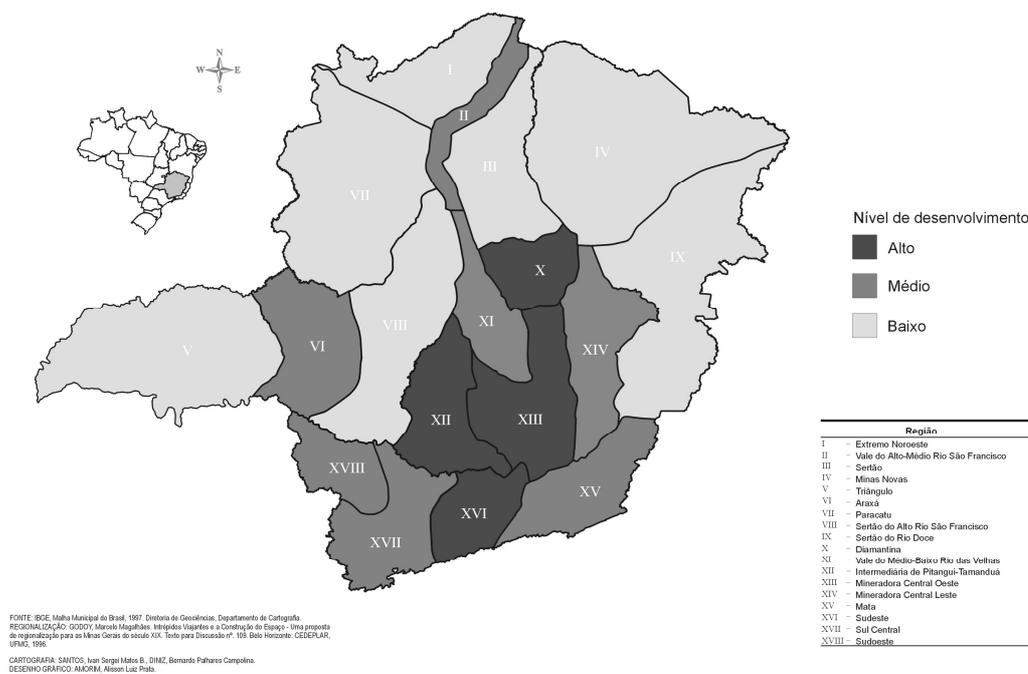
“A diversidade regional era um dos principais atributos da economia mineira oitocentista. Em parte herança do século XVIII, da forma como se organizou e desenvolveu a exploração aurífera, as especificidades econômicas regionais decorriam também da conjunção de múltiplos aspectos geográficos. Orientada por percepções deformadas da categoria espaço e de noções distorcidas do conceito de região, a historiografia referente ao período não conseguiu traduzir a ideia da diversidade regional em expressões concretas. A relação com a espacialidade tendia a estar marcada pelo esvaziamento de sua historicidade, pela imprecisão na definição dos recortes e pelo recurso a procedimentos excessivamente simplificadores.” (Paiva & Godoy, 2001, p.487-488)

A regionalização utilizada por Paiva é baseada no trabalho de Marcelo Godoy (1996 e 2003), que, a partir das informações extraídas dos relatos dos viajantes estrangeiros, que estiveram em Minas Gerais durante o século XIX, recortou o território mineiro em 18 regiões, levando em conta fatores físicos, demográficos, econômicos e

históricos. Trata-se de uma concepção de que o território mineiro oitocentista deve ser compreendido a partir da diferenciação e especialização das atividades econômicas locais e de uma divisão regional do trabalho. As dezoito regiões são apresentadas no **MAPA 1**: Extremo Noroeste, Vale do Alto-Médio São Francisco, Minas Novas, Paracatu, Sertão, Sertão do Alto São Francisco, Médio Baixo Rio das Velhas, Sertão do Rio Doce, Triângulo, Araxá, Intermediária de Pitangui-Tamanduá, Diamantina, Mineradora Central Oeste, Mineradora Central Leste, Mata, Sudeste, Sul Central e Sudoeste. À regionalização, soma-se a proposta de níveis de desenvolvimento para cada região com base no conhecimento das suas características econômicas e sua importância provincial, e da divisão regional do trabalho.

### MAPA 1

#### Regionalização da Província de Minas Gerais



Fonte: Godoy & Cunha (2003)

A análise da economia mineira oitocentista regionalizada mostra fortes vínculos com mercados externos, especialmente com a cidade do Rio de Janeiro. A pauta de exportação era variada (composta basicamente de gêneros agrícolas e pecuária), assim como eram variados os pontos de origem, o que, segundo Paiva, evidencia semi-especializações regionais. Além disso, a autora afirma que dois terços da Província mantinham um comércio interprovincial regular. A relação com os mercados externos mostra que havia uma forte vinculação das regiões com nível alto de desenvolvimento

econômico, enquanto as regiões de médio ou baixo desenvolvimento apresentavam vinculação intermediária ou fraca com os mercados externos. Segundo a autora, nas regiões com nível de desenvolvimento maior havia pelo menos uma atividade com importância provincial. Além disso, tais regiões apresentavam a maior parte do setor produtivo ligada ao mercado.

A capacidade de exportar estava estritamente ligada à capacidade de importação, especialmente de escravos. “O dinamismo do setor exportador das regiões determinava o vigor do setor importador.”(Paiva & Godoy, 2001, p.497).

Sobre a questão do abastecimento interno, Paiva mostra que as atividades agropecuárias e de beneficiamento e transformações voltadas para o mercado interno estavam espalhadas por todo o território provincial. Sendo que a especialização de gêneros básicos de abastecimentos ocorria, geralmente, para atender às regiões que não conseguiam prover com recursos próprios as suas necessidades, ou tinham a economia muito especializada na produção de um gênero específico.

A tendência da economia mineira do século XIX era a da diversificação da base produtiva. As fazendas mineiras apresentavam uma pauta produtiva diversificada, além de apresentarem uma quase autossuficiência, pouca dependência de fatores externos e uma flexibilidade na alocação dos recursos produtivos. A agenda agrícola tendia à complexificação e a mão-de-obra tendia, cada vez mais, à multifuncionalidade. A escolha dos produtos a serem exportados estava sujeita a fatores naturais e de mercado, e realizava-se sempre em regime de semi-especialização.

Quanto à população, havia uma grande relação desta com o nível de desenvolvimento regional. As regiões de nível alto concentravam a maioria da população, cerca de 50%. Enquanto as regiões de nível médio concentravam 37%, e as de nível baixo, 13%.

Sobre a população escrava, os estudos de Paiva mostram que as regiões de alto nível de desenvolvimento apresentavam maior ligação com o regime servil, e baseavam a recomposição ou ampliação da população através do tráfico, apresentando atividades econômicas mais dependentes do braço escravo. Nas regiões de menor desenvolvimento predominava a reprodução natural. Parece claro, portanto, que era grande a relação entre dinamismo econômico regional e escravismo.

A economia mineira oitocentista estava mais organizada na parte do território onde a economia do ouro setecentista se mostrou mais vigorosa. Nota-se que, a partir dessa região, os níveis de desenvolvimento parecem estar caindo. A explicação para tal

tendência, segundo Paiva, parece estar nas formas de produção e ocupação do século XVIII. A riqueza do ouro deu origem e consolidou núcleos urbanos no entorno das minas. Tal estrutura fez surgir diversas atividades econômicas de apoio à mineração.

O trabalho de Clotilde Paiva se insere no debate acerca da explicação da economia mineira do século XIX, configurando uma terceira perspectiva. Como pretendeu a autora, o estudo avança sobre o tema e argumenta que,

“A tese da diversificação e do dinamismo da economia mineira é o principal ponto que o presente estudo reafirma. As evidências deste dinamismo são múltiplas. A presença de alargada e complexa base produtiva reflete uma economia que está em estágio avançado de reestruturação, a mineração há muito perdeu sua posição de atividade nuclear e o resultado não é o tão decantado fenômeno da ‘decadência’ que se manifesta através da desorganização produtiva, fuga de população e o retrocesso para uma economia de subsistência. A dinamicidade manifesta-se também no crescimento populacional, na grande presença de escravos, na pujança das atividades mercantis e nos expressivos vínculos com mercados externos.”(Paiva, 1996, p.164).

Dessa forma, para a autora, seria inválido propor a introversão econômica afirmando ser a produção mineira essencialmente voltada para o mercado interno e vínculos com mercados externos incipientes, como faz Martins. Por outro lado, seria inválido propor a extroversão econômica afirmando ser o setor exportador o responsável por todo dinamismo da Província, como faz Slenes. A economia mineira era complexa, com um padrão original, “Introvertido e extrovertido ao mesmo tempo. Plural, independente e elástico.” (Paiva & Godoy, 2001, p.512).

Da mesma forma, o crescimento da população escrava não poderia ser explicado exclusivamente pelo tráfico de escravos, como quer Martins, nem exclusivamente pela reprodução natural, como queriam Luna & Cano. Cada região apresentou um vigor diferenciado da escravidão, que variava conforme o desenvolvimento regional. Dessa maneira, a ampliação ou manutenção da instituição escravista fundou-se tanto no tráfico quanto na reprodução natural.

Portanto, o trabalho de Clotilde Paiva constitui-se em uma nova forma de ver Minas Gerais no século XIX, na qual o olhar regionalizado permite notar e afirmar a existência de um território marcado pelo “contraste”, pela diversidade e pelo dinamismo.

A nosso ver, os quatro autores discutidos acima apresentam contribuições importantes para a formação de um modelo explicativo da economia mineira oitocentista. Os estudos iniciais de Roberto Martins tem grande mérito ao apontarem para a não estagnação da Província, para a ampla presença do escravismo e para o dinamismo produtivo interno. Da mesma forma, as explicações de Robert Slenes, apontando o centro dinâmico da economia mineira no setor exportador, também parecem razoáveis. As

conclusões de Clotilde Paiva, apontando para a questão do contraste regional, são fundamentais e apontam para a possibilidade de uma interpretação conciliadora dos modelos de Martins e Slenes.

O estudo renovador das concepções sobre Minas Gerais durante o século XIX de Roberto Martins e o debate travado com Robert Slenes, colocam o tema na agenda de pesquisa dos historiadores.

Diversos trabalhos são publicados a partir da década de 80. Muitos deles no Seminário sobre a Economia Mineira promovido, desde 1982, em Diamantina, pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento (Cedeplar) da UFMG. Uma boa síntese e seleção do que já foi apresentado e discutido nos mais de 20 anos do Seminário pode ser encontrado no volume comemorativo que reuniu alguns dos trabalhos apresentados nos Encontros (Paiva & Libby, 2002). Outros tantos trabalhos foram apresentados e discutidos em reuniões científicas de Associações como a ABEP e a ABPHE, assim como diversas dissertações e teses sobre o assunto foram defendidas. Fundamental disso tudo, é que a discussão inaugurada no início da década de 1980 abriu um novo e frutífero campo de pesquisa na História Econômica de Minas Gerais, ao mostrar que economia mineira do século XIX foi marcada pelo dinamismo produtivo e pela diversidade regional.

No 1º Congresso Brasileiro de História Econômica realizado no ano de 1993 em São Paulo, Roberto Martins (2002) apresenta um trabalho no qual, apesar de relaxar algumas hipóteses e incorporar algumas críticas, mantém a sua argumentação central. Como podemos constatar na seguinte passagem,

“Na Minas oitocentista não se encontra essa associação: as importações de escravos não se vinculam à evolução de um único produto, setor ou região. Em particular, elas não se explicam apenas pelo desenvolvimento da indústria cafeeira, mas antes pela demanda conjunta de vários setores de uma economia diversificada e que se expandia, embora oscilações e ritmos diferenciados entre setores e regiões. A diversidade mineira incluía a mineração de ouro e de diamantes, a agricultura de exportação de diferentes produtos, a agricultura e a pecuária comerciais voltadas para os mercados nacional e provincial, a produção de subsistência, algumas manufaturas (em especial o fabrico de ferro e têxteis de algodão), o comércio, os transportes e outros serviços.” (Martins, 2002, p.107).

Na visão de Martins continuam a predominar os argumentos centrais apresentados no início da década de 1980 de uma economia vicinal, importadora de escravos e sem ligação a um setor exportador e com desenvolvimento independente do desenvolvimento das regiões cafeeiras.

Do final da década de 1990, um trabalho que nos parece fundamental citar é o de Mario Marcos Rodarte (1999 e 2004). Buscando estudar a urbanização na Minas Gerais do

século XIX a partir da utilização de uma metodologia e conceitual teórico de economia regional, o autor constatou que as cidades com maior nível de urbanização e maior nível de centralidade se encontravam nas regiões de maior dinamismo econômico, apresentadas no trabalho de Clotilde Paiva. Portanto, as cidades mais centrais, com maior nível de urbanização, ou seja, com maior oferta de serviços fundamentais, seriam aquelas das regiões mais desenvolvidas.

Para a primeira metade do século XIX, a partir dos dados contidos nas Listas Nominativas de 1831/32, Mário Rodarte constata que as cidades de maior centralidade estão, em sua maioria, concentradas no antigo núcleo minerador. Valendo-se dos dados do Recenseamento do Império de 1872, o autor aponta que, a partir da segunda metade do século XIX, os núcleos urbanos de maior centralidade se deslocaram para a região da mata mineira. Entretanto, as cidades da antiga região mineradora conservaram a sua importância e mantiveram um grau de centralidade ainda importante na Província.

No fundamental, o trabalho de Mário Rodarte sugere a presença na Minas Gerais oitocentista de um sistema de cidades complexo e dinâmico. Ademais, aponta que a antiga região mineradora mantém a sua centralidade na Província, mesmo a partir da segunda metade do século XIX, quando o café começa a ganhar importância nas regiões sul e sudeste da Província. Assim, constata que mesmo que a rede de cidades tenha se alterado da primeira para a segunda metade, deslocando os núcleos mais centrais para região da mata mineira, o antigo núcleo minerador manteve a sua importância na rede de cidades de Minas Gerais durante todo o século XIX.

Trata-se, portanto, de constatar que,

“considerar Minas Gerais, de sua gênese na cata do ouro, no final do século XVII, ao quadro da Província, no século XIX, passando pelo auge minerador no século XVIII, é considerar uma realidade plural, diversificada em vários sentidos: na estrutura produtiva, que tendeu a se diversificar desde o século XVIII e que jamais foi apenas mineração; na existência de um conjunto de sistemas – um sistema cultural, um sistema estatal, um sistema social, um sistema urbano – dotado de complexidade e dinamismo sem paralelo na colônia, na América Portuguesa.” (Rodarte, Paula & Simões, 2004, p.11).

Recentemente, Laird Bergad (2004) publicou um livro sobre a história econômica de Minas Gerais. Rico em seu volume de dados, o trabalho de Bergad afirma que o aumento da população escrava de Minas Gerais durante o século XIX se deu através da reprodução natural. O amplo trabalho de pesquisa e grande quantidade e volume de dados apresentados dão ao trabalho importância na historiografia. Além disso, é importante apontar para o recorrente debate entre a forma como se reproduzia a economia escrava de Minas Gerais: de um lado os que acreditam e defendem a reprodução via importação de

escravos e de outro os que acreditam na reprodução natural (hoje apoiados em diversos estudos sobre a família escrava).

Portanto, constatamos na historiografia que o dinamismo produtivo e a diversidade regional que os estudos sobre a economia mineira no século XIX apresentam são fundamentais. Tais aspectos são essenciais se pretendemos considerar o estudo da transição do trabalho escravo para o trabalho livre.

### **3. Economia Mineira e a transição para o trabalho livre**

A partir da constatação da economia mineira oitocentista como diversificada e dinâmica, devemos questionar e problematizar um ponto ainda em aberto e entender por que em Minas Gerais esse dinamismo não gerou um processo de desenvolvimento capitalista como em São Paulo. A indagação de João Antonio de Paula (2000) nos parece muito pertinente.

“Trata-se de, reconhecendo este dinamismo, explicar porque isto não gerou, como em São Paulo, processo de ‘modernização-industrialização’, em ‘escala’ e ‘complexidade’, capaz de constituir-se, de fato, em base de um novo processo de acumulação de capital.

“Dito de outro modo, por que Minas Gerais teve trajetória econômica dinâmica no século XIX, se atrasou, consideravelmente, quando comparado com São Paulo, no processo de apropriação dos novos elementos tecnológicos, organizacionais e financeiros típicos do ‘modo de produção especificamente capitalista.’” (Paula, 2000, p.79).

Devemos tentar entender, portanto, por que Minas Gerais mesmo com uma economia tão dinâmica quanto a paulista no século XIX, não conseguiu desenvolver um processo de modernização capitalista, principalmente a partir da crise do sistema escravista. Ou seja, parece fundamental para responder a essa questão, a análise da transição do trabalho escravo para o trabalho livre. É isso que pretende o trabalho que buscamos desenvolver aqui.

Para entender esta diferença entre o desenvolvimento paulista e o mineiro, devemos, de um lado, constatar que, como bem mostra a historiografia, a economia cafeeira em São Paulo conseguiu realizar uma trajetória para o capitalismo. Deste modo, a economia cafeeira conseguiu realizar a transição para o trabalho livre através da imigração estrangeira, como mostra Emilia Viotti da Costa (1999), e possibilitou, através de outras grandes mudanças estruturais (como, por exemplo, a construção de ferrovias), uma modernização capitalista e acumulação de capital que possibilitaram uma industrialização. (Mello, 1988) (Silva, 1980)

Por outro lado, e de forma distinta, Minas Gerais caracterizou-se pela continuidade de uma economia que não possibilitava uma acumulação capitalista, pela dificuldade de gerar um processo de proletarização, de submeter o homem livre ao trabalho e gerar uma oferta regular e disciplinada de força de trabalho, pela dificuldade e ausência de uma boa estrutura de transportes e, ainda, pela ausência de um mercado capitalista. No essencial, a economia mineira continuava estruturada sobre uma economia de projeto não capitalista, apoiada sobre uma sociedade arcaica e patriarcal. Assim afirma João Antonio de Paula,

“a inegável modernidade mineira, nos séculos XVIII e XIX, como capítulo de um projeto estruturalmente limitado porque não capitalista, porque apegado aos privilégios e ao favor, porque prisioneiro de um horizonte material e simbólico apegado à tradição” (Paula, 2000, p.80).

Deste modo, podemos constatar que, para entender essa realidade mineira, que se configura distinta da realidade paulista, irá ensejar um processo de desenvolvimento diferenciado. Parte fundamental deste processo, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, será abordada neste trabalho a partir deste contexto e realidade apresentada neste texto. Trata-se, portanto, de entender Minas Gerais a partir da crise do sistema escravista e das diversas formas de incorporação do homem livre no mercado de trabalho. Enfim, entender a transição para o trabalho livre a partir da realidade complexa na qual se estruturou a economia mineira oitocentista e como um capítulo importante na compreensão das realidades regionais amplamente distintas que marcam nosso país.

#### **4. Alguns estudos sobre a transição do trabalho escravo para o trabalho livre**

Sempre que se fala de transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil, a primeira referência é a imagem da substituição do escravo pelo imigrante nas fazendas de café. Ideia propagada pelos livros didáticos dos ensinos fundamental e médio, bem como pela cultura popular através dos jornais e televisão.

Os estudos clássicos de Emília Viotti da Costa (1998 e 1999) são fundamentais para análise dessa transição no Brasil do século XIX o quais se concentraram no estudo da economia cafeeira paulista. O fim da escravidão, suas questões políticas, os impasses gerados, enfim, a crise do sistema escravista são tratados pela autora a partir da realidade paulista. Segundo ela, a grande lavoura sempre dependeu da escravidão. A emergência da Revolução Industrial Inglesa e o surgimento de um novo grupo de influência política, ligado ao capitalismo industrial e desvinculado da grande lavoura, marcaram o início da

crise do sistema escravista. A escravidão passou a ser questionada pela nova burguesia industrial emergente.

Nos países da América Latina, a transição para o trabalho livre se fez de maneira lenta. No caso do Brasil, a independência fortaleceu a Grande Lavoura e o tráfico de escravos.

Nesse contexto, ou seja, a escravidão como uma instituição forte dentro da sociedade brasileira, a decadência do sistema escravista e as alternativas para a substituição do escravo como mão-de-obra foram alvos de intensas disputas políticas.

Diante de um cenário internacional comandado pela Inglaterra e contrário à escravidão, a extinção do tráfico de escravos foi o golpe que desencadeou a crise que iria culminar com o fim da escravidão no Brasil. A emergência de uma nova classe de cafeicultores, que baseavam sua produção em uma mão-de-obra livre estrangeira, fez nascer um conflito político entre antigos e novos cafeicultores. Assim, face ao processo irremediável do fim da escravidão, a condução da transição, enfim, da substituição do trabalho escravo se deu de maneira lenta, conflituosa e complexa. O processo foi marcado pelo conflito entre duas classes de produtores: os cafeicultores do Vale do Paraíba, ligados a escravidão e interessados em uma transição lenta e gradual, e os novos cafeicultores do Oeste Paulista, com acesso restrito à mão-de-obra escrava e que apoiavam medidas que incentivassem a imigração. O período a partir de 1850, quando foi abolido o tráfico de escravos, até 1888 foi marcado por uma série de políticas que, ao mesmo tempo garantiram, um pouco de fôlego à escravidão, incentivaram a substituição da mão-de-obra escrava através de políticas imigrantistas, as quais começam a ter efetividade a partir de 1870.

Emilia Viotti afirma que o elemento decisivo do processo de transição foi a imigração de mão-obra-estrangeira, essencialmente europeia. No entanto, o processo retratado pela autora se refere à economia do café em São Paulo. Não se pode afirmar que o processo da transição apoiado na imigração estrangeira foi o mesmo para todas as partes do Brasil.

A ideia da substituição do escravo pelo imigrante foi difundida como o modelo para todo o Brasil, graças ao pioneirismo dos estudos sobre a transição para o trabalho livre nas fazendas de café do oeste paulista. Além disso, a posição central de São Paulo na modernização capitalista brasileira fez com que generalizações fossem cometidas, quando

a questão da formação capitalista brasileira é abordada. Entretanto, é fundamental ter em mente que a formação capitalista brasileira tem como uma das suas principais características a desigualdade no desenvolvimento regional, sendo que a transição do trabalho escravo para o trabalho livre é um aspecto central do assunto em questão.

Diversos trabalhos buscaram estudar a transição do trabalho escravo para o trabalho livre a partir de outras regiões diferentes das fazendas de café do oeste paulista. Esses estudos sugerem e constataam que a ideia da substituição do escravo pelo imigrante nas outras regiões do Brasil, diferentemente de São Paulo, não é válida. Isso porque, na maior parte das regiões, a transição do regime de trabalho escravo para o regime de trabalho livre foi demorada e complexa, apresentou dificuldade no assalariamento do homem livre, bem como com a sua fixação como mão-de-obra disponível e oferta de trabalho regular. Esta foi também a mesma dificuldade observada com o ex-escravo que, após a abolição, foi abandonado pelo Estado, vivendo, na maioria das vezes, ou na miséria ou sob as mesmas condições anteriores à abolição, ou seja, de submissão aos seus antigos senhores.

Nos anos 80, em um dos poucos trabalhos existentes sobre a transição do trabalho escravo nas Minas Gerais, estudando o caso da Zona da Mata, Ana Lanna (1988) sugere que a região experimentou uma transição diferente, apoiada em uma mão-de-obra local.

Para a autora, a região estava baseada em uma produção atrasada tecnicamente e o apego à escravidão, por parte dos proprietários, dificultava a aceitação da força de trabalho estrangeira. Além disso, a fronteira agrícola da Mata Mineira estava fechada, ou seja, poucas eram as expectativas de expansão da produção e acesso à terra. Tudo isso contribuiu para a pouca atração de imigrantes. Dessa forma, a transição na Zona da Mata teve que se processar com base em mão-de-obra local, apoiada na organização do trabalho, principalmente, sob a forma da parceria.

A questão da imigração de estrangeiros para Minas é estudada também por Norma de Góes Monteiro (1973). Em seu trabalho, a autora mostra que houve a tentativa de se povoar o território mineiro a partir da formação de núcleos de colonização. No entanto, tais núcleos encontraram dificuldades de desenvolvimento devido à falta de um mercado interno de consumo de seus produtos, pela dominância imposta da economia de exportação estruturada em grandes propriedades. Isso dificultava o desenvolvimento da pequena propriedade, que somente cresceu em áreas onde a economia agrícola não era voltada para exportação.

Com a ameaça do fim da escravidão, o governo mineiro começou a se preocupar com a substituição do trabalho escravo, através de políticas imigrantistas. No entanto, as medidas foram tímidas. A autora afirma, assim como Ana Lanna, que São Paulo atraiu muito mais mão-de-obra do que Minas. Ademais, o regime de propriedade de terras e o sistema de trabalho em Minas Gerais (enraizado nas tradições da escravidão e apoiado num baixo desenvolvimento técnico) dificultavam a atração e a permanência dos imigrantes na Província.

Em trabalho mais recente, Luiz Fernando Saraiva (2001 e 2002) apresenta algumas críticas ao trabalho de Ana Lanna, embora reconheça o seu mérito em mostrar que a transição do trabalho escravo para o trabalho livre em Minas Gerais, na Zona da Mata, se deu através da utilização de mão-de-obra local. Suas críticas giram em torno das fontes utilizadas pela autora e do fato de ela considerar a fronteira agrícola da região como fronteira fechada e, principalmente, no fato de se considerar a economia matense como um apêndice da economia fluminense. Segundo ele, a questão central da discussão está no regime de propriedade de terras e nas atividades nelas desenvolvidas. A grande concentração de terras na região explicaria o fato de os grandes fazendeiros locais conseguirem manter os trabalhadores nas fazendas.

Como afirmamos anteriormente, são poucos os estudos sobre a transição do trabalho escravo para o trabalho livre em Minas Gerais. Não especificamente dentro do tema, mas abordando a questão da Abolição (tema também pouco estudado pela historiografia mineira), podemos citar Oíliam José (1962), cujo trabalho data da década de 1960 e teve pouquíssimas evoluções na historiografia.

Para o autor, não houve na Província grandes campanhas em favor da emancipação. Isso porque a realidade econômica e social (economia agrária e escravista) na Província não era favorável. Havia um predomínio político e econômico dos proprietários rurais, que eram os senhores de escravos, sobre as populações urbanas.

Segundo o autor, o movimento abolicionista em Minas foi apenas tímido e localizado. Os abolicionistas mineiros advinham, muitas vezes, da Igreja (Sacerdotes) e, principalmente, de estudantes profissionais liberais. O movimento abolicionista mineiro teve maior incidência em Ouro Preto que, além de ser a capital da Província, concentrava o maior número de alunos do ensino superior.

Para ele, os abolicionistas mineiros contestavam a escravidão a partir de argumentos humanitários, sociais e religiosos. A sua ação era mais de amparo e suporte ao

escravo na contestação da ordem escravista. Por outro lado, os escravistas contestavam o abolicionismo através da reclamação da garantia ao direito de propriedade e do medo de que a libertação pudesse causar um caos econômico e social.

Oíliam José argumenta que as consequências da abolição em Minas Gerais foram basicamente duas. Primeiramente, grande parte dos antigos escravistas passou a contestar o poder imperial e o regime monárquico. Os antigos senhores aderiram em massa à causa republicana, pois estavam descontentes com a emancipação e com o não pagamento de indenização pela libertação dos cativos.

Por fim, o autor aponta para o fato de que a economia viu-se temporariamente desorganizada, uma vez que se estruturava no trabalho escravo. Os libertos, muitas vezes, negavam o trabalho na lavoura, ficavam sem trabalho e, algumas vezes, constituíam ameaça à ordem ao enfrentarem os ex-senhores. Com isso eles saíam da lavoura, o que causou um quadro inicial de desordem na agricultura, que sentia a falta de braços.

O trabalho de Oíliam José tem grande valor pelo seu pioneirismo e mérito em apontar e levantar questões fundamentais acerca da abolição em Minas Gerais. Entretanto, o argumento de que o movimento abolicionista na Província foi insignificante é extremamente questionável e merece estudo mais aprofundado.

Dentro do tema, podemos lembrar do trabalho de Liana Reis (1993), segundo a qual o movimento abolicionista em Minas Gerais ocorreu, do ponto de vista político-parlamentar, acompanhando o movimento nacional. Entretanto, teve sua singularidade na especificidade da economia e da escravidão na Província, o que, segundo ela, delimitou os limites do movimento. Para autora, o ambiente urbano da Província contribuía também para a conscientização dos escravos em relação à abolição e ao abolicionismo.

A autora procura ainda mostrar a importância dos movimentos de rebeldia dos escravos, tais como as fugas, no sentido de contestação do regime escravista. Além disso, para Reis (1991), as fugas, além de serem contestadoras da ordem, contribuía para a formação do mercado de trabalho na Província que, a partir de 1850, começou a sentir carência de braços para o trabalho.

O caso de Pernambuco é alvo de estudos de Peter Eisenberg (1977 e 1989). O autor procura mostrar que a partir de 1850, com a Lei Eusébio de Queiroz, que decretou fim do tráfico de escravos no Brasil, os preços dos escravos sofreram uma grande elevação. Dado o maior dinamismo da economia cafeeira, tais preços ali tiveram uma maior valorização em relação aos preços dos escravos nos engenhos de cana do Nordeste. Por isso, houve uma grande corrente imigratória de escravos nordestinos para as zonas cafeeiras. Isso fez

com que o plantel de escravos do Nordeste açucareiro diminuísse consideravelmente ao longo dos anos de 1850 a 1880.

Eisenberg mostra, também, que o Nordeste atraiu pouca imigração estrangeira, assim como mostra Norma Góes de Monteiro para Minas Gerais, o autor afirma que aquela região exercia menos atração em relação às fazendas de café do Oeste Paulista. O autor propõe que a transição do trabalho escravo para o trabalho livre tenha ocorrido em Pernambuco a partir da utilização de mão-de-obra composta por livres disponíveis e escravos. O açúcar ainda era a principal atividade da Província, e os donos de engenhos monopolizavam a propriedade das terras na região, o que acabou por não dar alternativa aos homens livres e libertos.

As formas predominantes de trabalho na transição pernambucana eram o assalariamento e a “morada”, um regime no qual os proprietários disponibilizavam um pequeno pedaço de terra e uma pequena casa em troca de um aluguel, mas exigia-se lealdade e submissão por parte dos trabalhadores, “moradores”.

Já para o caso de Sergipe, o estudo de Josué Modesto dos Passos Subrinho (1994 e 2000) aponta para a conclusão de que, até as vésperas da abolição, o Sergipe Açucareiro era uma sociedade escravista, e a escravidão ainda era uma instituição forte. Para o autor, os proprietários de engenhos sergipanos não estavam ligados à economia escravista que apoiaram o processo de abolição gradual da escravidão. Assim, apesar do crescente uso de mão-de-obra livre na segunda metade do século XIX, o autor acredita que isso foi resultado da inevitável diminuição do número de escravos e do apoio dos proprietários à abolição lenta e gradual, que estabeleceu, ao longo do tempo, medidas de coerção e imposição do trabalho ao livre.

O autor questiona a ideia de que a transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Nordeste açucareiro foi um processo contínuo de substituição do trabalho escravo pelo livre, a partir de 1850. Ele questiona a questão da concentração fundiária na Zona da Mata nordestina, bem como da estagnação econômica da região do Nordeste açucareiro na segunda metade do século XIX.

Subrinho procura argumentar que, ao contrário da historiografia tradicional, que vê estagnação na economia açucareira nordestina, pelo menos a economia sergipana não mostrou sinais de estagnação na segunda metade do século XIX. Ligada fortemente à escravidão, a Província não apresentou índices de dinamismo como os da economia cafeeira, mas apresentou números de comércio externo que contrariam a tese da estagnação. Além disso, afirma que a população não se concentrou apenas no litoral (Zona

da Mata), tendo havido grande mobilidade da população dentro do território, o que dificultou o reordenamento do trabalho. Ademais, questiona a concentração da propriedade bem como a presença dos grandes latifúndios e propriedades açucareiras.

Enfim, o autor procura mostrar que a transição do trabalho escravo para o trabalho livre em Sergipe foi marcada pela ligação da elite açucareira ao trabalho escravo. Desse modo, o apoio ao processo lento e gradual de extinção da escravatura levou a incorporação do trabalho livre através de leis que obrigavam ao trabalho. Além disso, a incorporação do trabalho livre surgiu da percepção do fim inevitável da escravidão e da pouca imigração estrangeira para a região.

Para Subrinho, a sua constatação a respeito de Sergipe talvez possa ser estendida para toda a região da Zona da Mata Nordestina, afirmando, assim, o caráter escravista da economia açucareira nordestina até a abolição.

## **5. Considerações Finais**

A apresentação dos estudos sobre a transição do trabalho escravo para o trabalho livre em diferentes regiões do Brasil nos dá a dimensão da diversidade da formação regional brasileira. Estamos seguros ao afirmar que a transição do trabalho escravo para o trabalho livre se deu sob diferentes formas em diferentes regiões. A ideia da substituição do escravo pelo imigrante pode ser considerada mais exceção do que regra, se pensarmos o Brasil como um todo, e não apenas São Paulo como a locomotiva que puxou o país para o desenvolvimento capitalista.

Entretanto, é preciso reconhecer a região de São Paulo como centro da modernização capitalista brasileira. O estudo da transição do trabalho escravo para o trabalho livre em diversas regiões do Brasil tende a contribuir para a compreensão da formação capitalista brasileira, desigual e regionalmente diversa.

Mostramos, ao longo do texto, que a historiografia argumenta e demonstra que a economia mineira, no século XIX, foi marcada pela ampla presença do trabalho escravo e pela diversidade econômica regional. Além disso, constatamos que qualquer estudo sobre a transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil deve considerar as diferenças em relação aos estudos sobre a transição da mão-de-obra das fazendas cafeeiras paulistas. Nesse sentido, notamos que a imigração foi insignificante para a maior parte do Brasil, o que leva a entender que, em outras regiões, tais como Minas Gerais, essa transição se deu através da utilização da mão-de-obra livre e do ex-escravo. Além disso, isso nos leva a

necessidade de entender o porquê de as outras regiões apresentarem um desenvolvimento diferente do desenvolvimento paulista, o que explica, em grande parte, os grandes contrastes regionais brasileiros. No caso de Minas Gerais, há a necessidade de entender por que o seu desenvolvimento e modernização ficaram atrás de São Paulo, já que até a década de 1870 ambos apresentavam condições econômicas parecidas.

Nosso trabalho quer insistir na ideia de que a transição do trabalho escravo para o trabalho livre em Minas se deu condicionada pela realidade econômica mineira no século XIX. Ou seja, condicionada pela sua diversidade regional, bem como pela reiteração e reafirmação de uma estrutura de produção arcaica apoiada em relações não modernas de produção, em relações de dependência entre senhores e agregados, além de grande apego à instituição escravista. (Cosentino, 2004)

Sintetizando, o processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre em Minas Gerais, dada a ausência e insignificância da imigração, se deu através da mão obra local, composta por livres e ex-escravos. Na compreensão desse processo em Minas, devemos levar em conta a diversidade regional da Província, bem como a sua realidade econômica. (Cosentino, 2004)

Como bem mostra Cosentino (2004) a realidade econômica de Minas Gerais, apoiada em uma economia que, apesar de dinâmica, ressaltava traços não modernos, tinha alta concentração de terras e estava ligada por relações de dependência entre senhores e homens livres agregados, o que acabou condicionando essa transição. Esta se estendeu pelo século XX, sempre tentando criar um mercado de trabalho, submetendo o trabalhador, e tentando modernizar a economia.

## **6. Referências Bibliográficas**

Bergad, Laird W. “Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1880”, Bauru, SP: Edusc, 2004.

Costa, Emilia Viotti da. “Da Senzala à Colônia”, São Paulo: Unesp, 1999.

Costa, Emilia Viotti da. “Da Monarquia a República”, São Paulo: Unesp, 1998.

Eisenberg, Peter. “Homens esquecidos: escravos e trabalhadores no Brasil – séc. XVII e XIX”, Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

Eisenberg, Peter. “Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco”, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

Furtado, Celso. “Formação Econômica do Brasil”, São Paulo: Companhia Editora Nacional: Publifolha, 2000.

Fragoso, João Luís Ribeiro. “Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na Praça mercantil do Rio de Janeiro 1790 – 1830”, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1998.

Godoy, Marcelo Magalhães. “Intrépidos viajantes e a construção do espaço : uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX”, Belo Horizonte : UFMG/CEDEPLAR, 1996.

Iglesias, Francisco. “Minas Gerais” In: Sergio Buarque de Holanda, “História Geral da Civilização Brasileira, Tomo II, 2º Volume – Dispersão e Unidade”, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

Iglesias, Francisco “Política Econômica do Governo Provincial Mineiro (1835-1889)”, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1958.

José, Oiliam. “A abolição em Minas”, Belo Horizonte: Itatiaia, 1962.

Lanna, Ana Lúcia “A transformação do trabalho : a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira, 1870-1920”, Campinas : Editora da UNICAMP, 1988.

Lenharo, Alcir. “As tropas da Moderação - O abastecimento da Corte na formação política do Brasil — 1808-1842”. São Paulo: Edições Símbolo, 1979.

Libby, Douglas “Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil : o caso de Morro Velho”, Belo Horizonte : Itatiaia, 1984.

Libby, Douglas. “Historiografia e a formação social escravista mineira” in Acervo, Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p. 7-20, jan.-jun. 1988a.

Libby, Douglas “Transformação e trabalho em uma Economia escravista: Minas Gerais no século XIX”, São Paulo: Brasiliense, 1988b.

Luna, Francisco Vidal & Cano, Wilson. “Economia escravista em Minas Gerais” In Cadernos IFCH-Unicamp, Campinas, outubro de 1983.

Martins, Roberto B. “A economia escravista de Minas Gerais no século XIX”, Belo Horizonte: Cedeplar / UFMG, 1980a.

Martins, Roberto B. “A indústria têxtil doméstica de Minas Gerais no século XIX” In: II Seminário sobre a economia mineira, 1983, Diamantina, Anais... Belo Horizonte: Cedeplar, 1983.

Martins, Roberto B. “Growing in Silence: The Slave Economy of Nineth-Century Minas Gerais, Brazil”, Tese de Doutorado, Varderbilt University, 1980b.

Martins, Roberto B. “Minas e o Tráfico de Escravos no Século XIX, Outra Vez” in Szmrecsányi, Tamás & Lapa, José Roberto do Amaral(orgs.). “História Econômica da Independência e do Império”, São Paulo: Hucitec/ABPHE/Edusp/Imprensa Oficial, 2002.

Martins, Roberto B., “Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora”, Estudos Econômicos, São Paulo, 1983.

Martins Filho, Amilcar V. & Martins, Roberto B. “Slavery in a nonexport economy: nineteenth-century Minas Gerais revised” In: *Hispanic American Historical Review*, 63 (3), 1983.

Martins Filho, Amilcar V. & Martins, Roberto B. “Slavery in a nonexport economy: a reply” In: *Hispanic American Historical Review*, 64 (1), 1984.

Mello, João Manuel Cardoso de. “O Capitalismo Tardio”, São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

Monteiro, Norma de Góes. “Imigração e Colonização em Minas: 1889-1930”, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1973.

Paiva, Clotilde Andrade. “População e Economia nas Minas Gerais do século XIX.”, São Paulo: USP/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1996. (Tese de doutoramento).

Paiva, Clotilde Andrade & Godoy, Marcelo Magalhães. “Território de Contrastes: Economia e Sociedade das Minas Gerais do século XIX” in “História e educação, homenagem à Maria Yedda Leite Linhares”, Rio de Janeiro: Mauad e Faperj, 2001.

Paiva, Clotilde & Libby, Douglas (org.). “20 anos do Seminário sobre a Economia Mineira – 1982-2002: coletânea de trabalhos, 1982-2000”, Paula, João Antonia de. & Carvalho, José Alberto (coord.), Belo Horizonte: UFMG/FACE/Cedeplar, 2002.

Paula, João Antônio de. “Raízes da Modernidade em Minas Gerais”, Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

Prado Jr., Caio. “Formação do Brasil Contemporâneo”, São Paulo: Companhia Editora Nacional: Publifolha, 2000.

Prado Jr., Caio. “História Econômica do Brasil”, São Paulo: Brasiliense, 1982.

Reis, Liana. “Escravos e abolicionismo na imprensa mineira – 1850/1888”, Belo Horizonte: UFMG/FAFIFH, 1993.

Reis, Liana. “Fugas de Escravos e Formação do Mercado de Trabalho Livre na Província (1850/1888)”, Revista Brasileira de Estudos Políticos, UFMG, Jul/1991.

Rodarte, Mario Marcos Sampaio. “A Pertinácia das Minas que não se esgotaram”, Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1999. Dissertação de Mestrado.

Rodarte, Mario Marcos Sampaio, Paula, João Antonio de & Simões, Rodrigo Ferreira. “Redes de cidades em Minas Gerais no século XIX” In: História Econômica & História de Empresas, Vol. VII, Nº1, jan-jun 2004, São Paulo: Hucitec/ABPHE, 2004.

Saraiva, Luiz Fernando. “Estrutura de terras e transição do trabalho em um grande centro cafeeiro, Juiz de Fora 1870 – 1900”, X Seminário sobre a Economia Mineira, 2002, Diamantina, Anais... Belo Horizonte: Cedeplar, 2002.

Saraiva, Luiz Fernando. “Um correr de casas, antigas senzalas: a transição do trabalho escravo para o livre em Juiz de Fora – 1870-1900.” Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2001.

Silva, Sérgio. “Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil”, São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

Slenes, Robert. “Comments on ‘Slavery in a nonexport economy’” In: *Hispanic American Historical Review*, 63 (3), 1983.

Slenes, Robert W.. "Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX" in: Estudos Econômicos. São Paulo, v. 18, nº 3, 449-495, 1988.

Subrinho, Josué Modesto dos Passos. “Desagregação do escravismo e transição para o trabalho livre na Província de Sergipe”, Estudos Econômicos, São Paulo, V.24, N.3, P. 465-493, Set.-Dez, 1994.

Subrinho, Josué Modesto dos Passos. “Reordenamento do trabalho. Trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste Açucareiro - Sergipe 1850/1930”, Aracaju: Funcaju, 2000.